

**TANHOTE**, Matheus Goulart\*

<https://orcid.org/0009-0001-3737-7077>

**RESUMO:** O texto propõe uma reflexão sobre memória e identidade coletiva, conectando essas questões ao movimento negro contemporâneo. Busca-se entender como a identidade racial e a coletiva foram transformadas pelos movimentos sociais, levantando o questionamento de como a identidade individual é moldada pelas novas concepções de raça e etnicidade promovidas pelo coletivo negro. Ao explorar o conceito de identidade para pessoas negras no século XXI, o texto por meio de uma revisão bibliográfica examina como a revalorização da memória negra é viável e quais novas possibilidades emergem, promovendo uma articulação entre raça e identidade que valoriza a história e cultura afro-brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade Racial; Raça; Memória Coletiva; Movimento Negro.

**ABSTRACT:** The text proposes a reflection on memory and collective identity, connecting these issues to the contemporary black movement. It seeks to understand how racial and collective identity have been transformed by social movements, raising the question of how individual identity is shaped by the new conceptions of race and ethnicity promoted by the black collective. By exploring the concept of identity for black people in the 21st century, the text examines how the revalorization of black memory is viable and what new possibilities emerge, promoting an articulation between race and identity that values Afro-Brazilian history and culture.

**KEYWORDS:** Racial Identity; Race; Collective Memory; Black Movement.

---

\* Pesquisador de mestrado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH/UFPEL), na linha de pesquisa Culturas: entre ensinagens, linguagens e construção de sentidos. Desenvolve pesquisa sobre trajetórias de educadoras e educadores negros no ensino público de Pelotas, com foco na construção de identidades raciais e práticas pedagógicas antirracistas após a promulgação da Lei 10.639/2003. Atua nos campos da História da Educação, História Pública e Estudos Étnico-Raciais.



## INTRODUÇÃO

O debate sobre identidade junto de uma intensa revisão bibliográfica, busca reconhecer os atravessamentos de identidade acerca de sexo, classe, religião, idade e raça são aspectos que podem formar uma identidade, dependendo do contexto em que se relaciona na vivência de um indivíduo. Ao nos referirmos à identidade negra, Munanga (2012) afirma que devemos considerar que ela passa pela questão da negritude, entendida como uma categoria social e histórica, e não biológica. Nesse contexto, a identidade racial passa pelo entendimento do indivíduo como não branco, permitindo perceber como a questão racial é socialmente constituída e historicamente racista com esses indivíduos.

Quijano (2005) aponta que a raça é percebida como uma dimensão estruturante da sociedade brasileira e do processo colonial nas Américas. Nesse processo, os sujeitos negros introduzem, desde o nascimento, uma lógica colonial, sendo aqueles que tiveram suas histórias e culturas apagadas. Isso nos faz refletir sobre que identidade negra é possível discutir, pois a questão negra é percebida socialmente por meio de uma lógica que categoriza o sujeito negro como único e sem agência sobre suas trajetórias. Ao falar de identidade negra brasileira, “supõe-se a existência de outras identidades, além da nacional. O que nos remete ao contexto de um país multicultural e multirracial” (Munanga, 2012, p.7).

Ao pensar sobre identidade racial, podemos inicialmente recorrer à ideia de que há uma cultura produzida por negros e negras, que em dado momento está espalhada de forma comunitária. Indo além da ideia de que há uma única cultura brasileira, podemos afirmar que a cultura afro-brasileira dialoga com negros e brancos. Para os primeiros, no entanto, pode ser um forte formador de identidade racial. Essa identidade é constituída coletivamente por negros e negras ao longo de suas trajetórias, sofrendo apagamentos sistêmicos ao longo da história. Nesse contexto, a identidade coletiva pode ser percebida como todas as intenções de um coletivo, ou “todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo – quer se trate de família ou de nação – o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência” (Pollak, 1992, p.7).

Portanto, a questão da identidade pode ser pensada na relação da pessoa negra com sua situação racial no espaço que ocupa. Nesse viés, a identidade racial



pode fazer com que o sujeito dialogue com a negritude de forma negativa ou afirmativa. Ao refletir que a identidade negra se relaciona de maneira diferente com a identidade de outros sujeitos não negros, o conceito de negritude situa a pessoa em seu lugar social, considerando suas relações. Munanga (1990) categoriza a negritude como uma construção histórica, fruto da reação dos negros às agressões sofridas pelos brancos, e afirma que não pode ser desassociada do racismo, que é uma consequência e, ao mesmo tempo, resultado desse processo.

Portanto, Bento (2022) faz-nos perceber a naturalização dos privilégios brancos, denominada pacto da branquitude, no qual, de modo silencioso, as pessoas brancas se beneficiam entre si, reforçando redes de influência e garantindo a permanência de sujeitos brancos nos espaços de poder. A branquitude, em contrapartida à negritude, é analisada como uma norma universal, enquanto a negritude é compreendida apenas como uma identidade outra, carregada de estereótipos e estigmas. É fundamental reconhecer que as pessoas brancas têm consciência de seus lugares e privilégios, e ao ato de cumplicidade entre os brancos em ocupar locais e espaços pode denominar-se o pacto narcísico da branquitude. Na busca de formas de enfrentá-lo o engajamento político se torna essencial para desconstruir a universalização da branquitude, sendo necessária a implementação de ações afirmativas e a ampliação da presença de pessoas negras em espaços de decisão. A autora faz-nos compreender a branquitude como um lugar a partir do qual as pessoas brancas olham para os outros e para si mesmas, pois "o privilégio branco é entendido como um estado passivo, uma estrutura de facilidades que os brancos têm, queiram eles ou não" (Bento, 2022, p. 63).

Assim, identidade e negritude são conceitos importantes nas trajetórias negras. Muitos são criados em uma estrutura onde a ideia de raças serve para hierarquizar sujeitos humanos, categorizando-os como superiores ou inferiores. A identidade afro-brasileira é uma construção histórica, muitas vezes baseada na resistência desses grupos, que, por meio de uma perspectiva histórica, buscam um senso de identificação além da busca por suas raízes no passado. Segundo Munanga (1990), a identidade pode ter um caráter de valorização, com o objetivo de entrar para a história. Nesse processo, a memória desempenha um papel fundamental, pois se ampara em aspectos históricos. Assim, os movimentos sociais se dedicam a



reconstruir essa memória, trazendo novos sujeitos ao destaque e destacando elementos da história e cultura afro-brasileira que não tiveram a devida notoriedade.

No que diz respeito à identidade e à relação com a consciência da história e resistência cultural negra, é importante compreender os efeitos que a colonização e a escravidão tiveram na constituição de sujeitos que passaram a entender a desumanização como algo normal. Césaire (2020) afirma que a colonização gerou um processo de coisificação dos colonizados, operando constantemente um esvaziamento das sociedades por meio do apagamento cultural, da violação de terras e religiões, e da destruição de expressões artísticas. Com o processo de colonização, que buscava "civilizar" povos, as possibilidades foram suprimidas, resultando na desorganização de sujeitos que passaram a existir como mercadorias, logo não podendo manter plenamente seus aspectos culturais.

Nesse processo, há uma memorização em que historicamente a população negra é associada a aspectos negativos, aspectos esses que dialogam com os sujeitos ao longo da vida e que muitas vezes levam a uma identificação negativa sobre a população negra. Nessa perspectiva, Woodward (2014) coloca que a identidade se constitui na diferença, especialmente a étnica, e, em alguns lugares e momentos, é tida como mais ou menos importante. esse contexto de construção identitária e apagamento, estabelece-se um paralelo entre "nós", os brancos, e "eles", os negros. Nesse processo de alterização, a população negra foi historicamente associada a atributos negativos, de modo a dificultar qualquer possibilidade de reconhecimento positivo da identidade negra.

Munanga (1990) nos convida a pensar sobre como a identidade negra no Brasil é constituída, mesmo havendo uma gama de tons de pele, e com uma lógica de branqueamento fortemente estabelecida. Outra questão seria se os negros, mesmo em uma cultura majoritariamente branca e colonizada, poderiam formar uma identidade diferente da de sujeitos brancos, indígenas ou outros. Nesse viés, o texto busca situar o que é identidade para, posteriormente, refletir sobre como a população negra usou a memória e a história da população negra a fim de criar possibilidades de existência de uma identidade negra.

Portanto, o contexto não pode fugir da análise da relação entre identidade e memória coletiva negra, pois as questões raciais dialogam com a história dos



indivíduos negros e brancos. Assim, Mills (2023), ao formular sua análise sobre a existência de um contrato racial, nos oferece uma perspectiva valiosa, pois podemos entender que há, historicamente, uma supremacia branca que se afirma como movimento político. Nessa abordagem, o autor deixa claro que há um contrato que se dá por acordos e normas, cujo diferencial é a criação de privilégios para pessoas brancas e que, em um contexto global, age para “racializar” os espaços. Assim, cabe notar que há um acordo entre sujeitos considerados iguais para a manutenção das estruturas de desigualdades, e isso é perceptível e, ao mesmo tempo, normalizado nas sociedades contemporâneas.

Dessa forma, entendendo que há um movimento de alguns sujeitos brancos que buscam apagar a agência das pessoas negras, a resistência desses povos a tais barbáries se torna um ponto crucial para refletir sobre as memórias coletivas desses sujeitos. Nesse contexto, “a busca da identidade negra não é, (...), uma divisão da luta dos oprimidos. O negro tem problemas específicos que só ele sozinho pode resolver” (Munanga, 1990, p. 116). Embora possa haver a solidariedade de não negros conscientes, o sujeito negro, com suas questões, pode dialogar com a identidade racial de maneira única, e essa busca pode romper sistemicamente com a alienação e os complexos de inferiorização internalizados, sendo uma condição inicial para a luta coletiva.

Portanto, junto às análises já realizadas, podemos inferir que a identidade negra é algo que se constrói nos processos sociais, políticos e culturais vivenciados por negros e negras no Brasil. Nesse caso, D’Adesky (2001) destaca que, para haver a construção de uma identidade, necessariamente deve haver interação. Assim, a identidade negra pode ser percebida tanto no ato de se ver como negro quanto ao se perceber socialmente como um indivíduo não branco. Fica claro que as identidades não se formam no isolamento; por isso, a necessidade do diálogo. Mesmo a identidade individual e a social dependem da interação com o outro e esse processo envolve todas as identidades, especialmente a identidade negra.

Sendo assim, reconhece-se que a identidade negra é permeada por uma densidade que produz conflitos e diálogos externos e internos próprios aos sujeitos negros. Esse processo de reconhecer a diferença é importante no processo de humanização, pois conduz a uma relação de humanização entre sujeitos diferentes,



contribuindo para uma afirmação positiva das identidades. Mas é importante lembrar que “a identidade construída pelo negro se dá não só em oposição ao branco, mas também pela negociação, pelo conflito e pelo diálogo com este. As diferenças implicam processos de aproximação e distanciamento” (Gomes, 2002, p. 40).

Nesse diálogo, a psicanalista Souza (2021) formula que ser negro no Brasil é tornar-se negro, esse tornar-se sendo uma construção social e individual por meio da percepção da realidade social de negros e negras, junto de sua identidade racial e memória ancestral. Assim, a diversidade, como a autora afirma, é vivida por meio da cor da pele e da estética carregada de africanidade, diálogos que podem ocorrer ao longo da vida de maneira crítica, devido ao racismo. Sendo assim, “cabe entender o racismo como ideologia, como algo que mira a mente tanto dos não brancos quanto dos brancos, inculcando a subjugação” (Mills, 2023, p. 136).

Portanto, fica claro que a identidade racial, quando constituída, não se limita apenas à esfera privada, pois nenhum processo de identificação se restringe a isso. Podemos afirmar que “refletir e afirmar a identidade negra nos coloca no cerne de processos coletivos e públicos, e nem todos os sujeitos reagem da mesma maneira diante desses processos” (Gomes, 2002, p. 43). Por isso, é necessário abandonar os estereótipos presentes nos debates raciais, que colocam todo grupo de negros e negras em um mesmo padrão de agir. A contradição e a diferença fazem parte da identificação e do movimento negro; o processo não é único, mas permite reconhecer como a cultura branca tem muito da negritude em seus espaços, língua e comportamentos.

Assim, essa identidade racial utiliza a memória para se auto afirmar, pois, segundo Munanga (2012), a identidade coletiva de pessoas negras passa por sinais diacríticos, a cor da pele e aspectos estéticos, sendo estas categorias que carregam carga de subjetividade em relação a outros grupos, além de características objetivas. Nesse sentido, o movimento negro usa a identidade a partir de um ponto de vista político, utilizando fatores que podem ser construtores de identidade para relacionar-se com suas pautas. O elemento central para a reconstrução da identidade é a história, pois “essa história, mal a conhecemos, já que foi contada do ponto de vista do 'outro', de maneira depreciativa e negativa. O essencial é reencontrar o fio condutor



da verdadeira história do Negro que o liga à África, sem distorções e falsificações” (Munanga, 2012, p. 10).

Portanto, Munanga (2012) segue afirmando que, em busca de um sentido de coesão, os sujeitos negros utilizam a memória coletiva e a história para reivindicar pautas nos movimentos sociais. Nessa concepção de resgate, a identidade negra é constituída junto de um resgate acerca do passado, buscando desconstruir a negatividade histórica que foi imposta sobre o passado negro e procurando, e no presente reviver histórias que antes não haviam sido contadas. Na idealização de um novo imaginário coletivo, o movimento negro busca o resgate da história e cultura afro-brasileira, junto de uma autoestima que foi desgastada por atitudes racistas.

A cultura é outro elemento importante para a identidade negra. A religião, a arte e a visão de mundo, na busca de romper com a ideia de que a cultura africana não teve influência no Brasil, mostram como os aportes culturais africanos fazem parte da culinária, musicalidade e religiosidade brasileira. Até aqui, percebemos que, historicamente, se formou uma construção de uma representação negativa sobre questões acerca dos negros. Mas, em contrapartida, os movimentos sociais podem se valer da afirmação de que, enquanto coletivo, “construímos uma história rica de reação e resistência, produzimos cultura e impregnamos o Brasil da nossa estética” (Gomes, 2002, p. 46).

Munanga (2012) analisa que as identidades coletivas de negros e negras passam pelo discurso e, muitas vezes, tomam caráter político, pois essas identidades reúnem todos os negros, já que todos no Brasil enfrentam discriminação racial, junto a outras desigualdades e exclusões. Fica claro que o uso da memória coletiva e da história para a afirmação identitária é uma ferramenta usada por sujeitos negros a fim de reivindicar o que não se tem, como igualdade racial e acesso igualitário ao espaço de trabalho. Nesse contexto, podemos afirmar que “são os mais fracos que precisam se mobilizar para defender sua existência, daí a razão de ser de suas identidades coletivas” (Munanga, 2012, p.14).

## **REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIA E IDENTIDADE**

Inicialmente, ao pensar na memória como algo que remete ao passado e molda o que temos como presente, o primeiro passo é refletir sobre o que é memória



e de que forma ela é importante para a construção de uma identidade, especificamente, nesta análise, a racial. Para isso, o texto busca entender a memória como uma ligação com o passado, elaborando-a como algo que "ao mesmo tempo que nos modela, é também por nós modelada" (Candau, 2011, p.16). Assim, este texto, ao trabalhar com memória, não a utiliza apenas como recordação, mas como uma interpretação da realidade social. No entanto, Bento (2022) formula que a memória também é uma construção simbólica e, ao recorrermos à identidade racial, podemos entendê-la como algo simbólico que pontua aspectos do passado e, ao revisá-lo, busca atribuir valores à experiência vivida, reforçando vínculos de comunidade e de afirmação identitária.

Pensando que memória e identidade podem se articular de modo a constituir uma trajetória ou vivenciada pelos indivíduos e posteriormente acionada em forma de memória, Candau (2011) apresenta, em sua obra, a confirmação de que o trabalho realizado pela memória é um forte elemento que constrói a identidade de um sujeito. Assim, podemos refletir sobre como a história negra foi pensada ao longo do tempo, ou de que forma a memória coletiva atrelada a estereótipos racistas sobre a história da população negra, contribuiu para a criação de um imaginário racista no Brasil.

O texto busca analisar a memória coletiva, que, segundo Pollak (1992), é constituída por eventos vivenciados e transmitidos por meio da socialização política e histórica, permitindo a construção de uma identidade vinculada a um passado herdado ou vivenciado. Nesse contexto, a ressignificação da memória do passado negro desempenha um papel fundamental na consolidação identitária, pois, ao ser reinterpretada a cultura afro-brasileira de forma positiva, possibilita sua transmissão para as gerações seguintes. Esse processo fortalece a identificação dos indivíduos e contribui para a valorização das narrativas históricas dos povos negros.

Ao concordarmos que a memória é uma forma de relacionar-se com sua identidade, as representações, heranças e costumes constituem o que Candau (2011) chama de "registro memorial", pois, para o autor, a memória é a identidade ligada à ação, e isso pode tensionar, ao longo da vida, o sentimento de identidade de forma positiva ou negativa. Portanto, a memória, ao unir-se à identidade, mostra-nos que lembrança e esquecimento estarão sempre presentes na disputa pela construção da



identidade. Assim, o autor afirma que, à medida que a memória precede o sentido de identidade, ela pode reativar memórias relacionadas às demandas identitárias.

Não tendo o intuito de afirmar que a memória constrói a história, mas reconhecendo que ela pode realçar aspectos históricos deixados de lado em outras análises, pois “a memória é um fenômeno construído social e individualmente” (Pollak, 1992, p. 204). A memória, em um trabalho de organização, tem ligação com a identidade, pois busca dar sentido a si mesma e à imagem que apresenta aos outros em busca de representação. Isso ocorre porque, segundo Pollak, a identidade se dá em referência aos outros. Assim, a memória e identidade em um processo de revisão dos estigmas, podem estar na essência de uma pessoa negra ou de um coletivo, como o movimento negro.

Hall (2015) argumenta que, na pós-modernidade, a identificação não é automática, mas construída e reformulada ao longo das trajetórias individuais, podendo adquirir um caráter político. Inicialmente, as identidades eram concebidas como fixas e imutáveis, mas hoje se encontram em constante transformação. Para compreender essa mudança, Hall retoma René Descartes, destacando como a ciência deslocou Deus do centro do conhecimento e colocou o homem racional nesse lugar. Contudo, com o avanço das ciências humanas, ocorre o descentramento do sujeito cartesiano, intensificado pelas contribuições de Karl Marx, que enfatizou a influência das condições históricas e materiais na ação dos indivíduos. Assim, rompe-se com a noção de um sujeito autônomo e abstrato, permitindo uma análise mais ampla das relações sociais e dos modos de produção.

No entanto, Hall (2015) destaca que a noção Sigmund Freud inconsciente reformulou a compreensão da identidade no século XXI, ao enfatizar que os desejos são moldados por processos inconscientes, rompendo com a ideia de um sujeito racional e de identidade fixa. Nessa perspectiva, a identidade se constrói ao longo do tempo em relação aos outros. Articulando essa concepção às questões raciais, Munanga (2014) questiona se há um temperamento distinto entre negros e brancos, ressaltando que as diferenças raciais não podem ser justificadas biologicamente, mas sim historicamente. Assim, compreende-se que essas diferenças são socialmente produzidas e podem ser analisadas tanto sob uma dimensão psicológica quanto coletiva.



Assim, Hall (2015) aponta que a concepção cartesiana foi reformulada ao longo do tempo, assim como a identidade, que se constrói a partir de fatores sociais. Nesse sentido, o autor pontua como Ferdinand de Saussure destaca o papel da linguagem na produção de significados, influenciando a identidade ao revelar concepções culturais previamente estabelecidas. Mais além, na atualidade do Brasil o movimento negro problematiza o racismo linguístico, ressignificando termos como preto e negro de maneira afirmativa, conforme argumenta Munanga (2014), que ressalta como a perda das línguas originárias no contexto escravista resulta em apagamentos das identidades. Outro descentramento analisado por Hall (2015) é o pensamento de Michel Foucault sobre o poder disciplinar, no qual instituições como escolas e prisões regulam e individualizam os sujeitos, demonstrando como o controle social molda as identidades e os corpos.

Sendo assim, Hall (2015) argumenta que as instituições modernas, organizadas coletivamente, contribuem para a individualização dos sujeitos, evidenciando como a identidade é moldada em contextos onde o poder disciplinar atua coercitivamente. Nesse sentido, “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (Pollak, 1992, p.5). Além disso, Hall (2015) em sua obra destaca o impacto dos novos movimentos sociais, que, a partir dos anos 1960, mobilizaram-se contra o capitalismo e as teorias tradicionais, reivindicando identidades apagadas. Assim, o feminismo, o movimento negro e outras lutas identitárias politizaram as identificações, dando origem ao que se denomina “política de identidade” (Hall, 2015, p.27). Movimentos sociais estes que aturam promovendo reflexões sobre as diferenças socialmente construídas.

Podemos, assim, pensar como esses descentramentos propostos por Hall (2015) moldam as identidades dos sujeitos na atualidade e de que forma os meios sociais são tensionados e transformados pelos movimentos sociais. Em especial, refletimos sobre como o movimento negro busca alterar a memória coletiva da população negra, historicamente associada à escravidão. Nesse contexto, há um distanciamento da memória coletiva sobre o período escravista, com o objetivo de criar uma nova identidade de valorização desse grupo. Toda essa mudança narrativa é idealizada pelos movimentos sociais brasileiros, que vão desde a denúncia do



racismo até o anseio por representação em espaços sociais e políticos, além da reivindicação pelo ensino da história e cultura afro-brasileira. Assim, percebe-se que os movimentos sociais, especialmente no Brasil, “querem que suas culturas, histórias e visões de mundo sejam reconhecidas publicamente e integradas à história nacional e ao processo educacional nacional” (Munanga, 2012, p.7).

Ancorado nas análises de Pollak (1992) sobre a memória e sua constante revisão, conclui-se que a coerência da memória coletiva negra se estabelece por meio do discurso, articulado pelos atores sociais pesquisadores e ativistas que lutaram pela revisão sistêmica do passado. Esses sujeitos, vinculados ao movimento negro, assumem o papel de testemunhas socialmente autorizadas a problematizar pautas e denunciar discriminações raciais. Assim, a memória é um campo de lutas, sendo, portanto, constantemente reconstruída a partir das disputas simbólicas no presente. Nesse sentido, é fundamental compreender que a memória coletiva da população negra foi e continua sendo ressignificada como forma de afirmação identitária. Dessa maneira, o movimento negro atuou de forma agente no tempo e no espaço, engajando-se ativamente em um processo de construção de mudanças efetivas, com o objetivo de edificar e reconstruir um futuro em que a identidade negra fosse associada a aspectos valorativos, distanciando-se das ideologias racistas que prevaleceram no período pós-abolicionista.

Nesse diálogo de afirmação, a construção da identidade pode permear os espaços e ser tensionada por outros elementos, como sexualidade, idade e localização geográfica. É fundamental esclarecer que a história dos povos negros compartilha um eixo comum marcado pelo processo de desumanização imposto pelo trabalho forçado e pela construção do racismo a partir do olhar eurocêntrico. Esse processo resultou na destruição de suas culturas e na associação forçada de suas práticas a estereótipos negativos, consolidando a visão da África como um território desprovido de produção cultural. Diante disso, Gomes (2019) sobre a trajetória histórica do movimento negro, a autora pontua que foram os próprios negros por meio da organização política, que passaram a denunciar o racismo e a ressignificar sua ancestralidade, promovendo a construção de uma identidade racial pautada no orgulho. Para isso, o acionamento de uma memória coletiva comum tornou-se



essencial na busca pelo empoderamento ancestral, reivindicando um espaço onde a estética e a cultura negras fossem valorizadas e celebradas.

Não há possibilidade de pensar uma identidade racial unânime, mas devemos pensar em formas de conceber a identidade negra hoje, buscando romper estigmas relacionados à raça. Sempre reconhecendo a raça como um fator social e não biológico, podemos entender como historicamente se criou uma identidade para as pessoas negras, colocando-as em um lugar social específico. Assim, os movimentos sociais surgem com a motivação de romper com a lógica de categorização de grupos como inferiores e superiores.

### **MOVIMENTO NEGRO E A QUESTÃO IDENTITARIA**

A questão central é pensar como o movimento negro tensionou a identidade coletiva e elaborou mudanças junto da denúncia da visão estereotipada sobre o corpo negro e sua história. Segundo Gomes (2019), o movimento negro é central para refletir sobre a visão da sociedade em relação aos negros e suas identidades, pois o coletivo transformou em emancipação aquilo que o racismo construiu como regulação. Assim, Raça e outros signos ligados à cultura afro-brasileira foram ressignificados e reconicionados politicamente, como no caso do samba e das religiões de matriz africana. Além disso, a cor da pele passou a ser critério de inclusão, como ocorre nas cotas raciais. Nesse sentido, o cabelo e a estética negra são ressignificados de modo afirmativo, reforçando um movimento identitário.

Nessa perspectiva, Silva (2014) coloca que, no caso da população negra brasileira, houve um hibridismo cultural decorrente da colonização e da escravidão, sendo uma hibridização forçada que produziu diferenças por meio de movimentos demográficos forçados, como no caso dos negros vindos da África. Portanto, nessa perspectiva, colocamos a identidade como um significado cultural e socialmente atribuído, e os novos movimentos sociais buscam na representação a reconstituição de traços e marcas em busca de um significado cultural. Assim, a representação se constitui “como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido” (Silva, 2014, p. 91). Nesse sentido, a representatividade negra por meio da inserção de sujeitos racializados em espaços de poder, produz a compreensão de que não existem lugares que os sujeitos negros não possam ocupar. É exatamente isso que o



movimento negro tem feito: evidencia a ausência de pessoas negras em determinados espaços ou, quando presentes, a maneira estereotipada e negativa como são representadas. O debate, portanto, é sobre a representação negra e como ela se configura como uma luta por reconhecimento identitário e por transformações concretas na realidade social.

Fica evidente que a representação é uma chave para romper com pressupostos atribuídos a determinados grupos, aqui se referindo às pessoas negras. No contexto brasileiro, os movimentos sociais utilizam a representação como uma possibilidade para que a identidade adquira sentido. Assim, Alberti (2004), ao colher entrevistas com uma série de militantes negros brasileiros, afirma em certo momento que “a construção de uma identidade negra passa por um processo de elaboração das experiências ‘de conversão’” (Alberti, 2004, p.11). Essa conversão é entendida como o papel que o movimento negro ocupou na trajetória dos entrevistados, que em suas falas deixam claro a importância do coletivo para a constituição de uma identidade coletiva negra, onde aspectos históricos e culturais eram considerados a fim de trabalhar autoestima e o reconhecimento da história dos afro-brasileiros.

Segundo Alberti (2004), fica evidente o papel das experiências dos negros nos coletivos, e que a construção dos sentidos constituídos no movimento negro nunca foi única e fixa, mas, na tensão pela construção da identidade racial, esses sujeitos buscavam reconhecer outros negros como aliados. Podemos dizer que na diferença, encontra-se a questão racial como um ponto unificador, visto que todos lutavam pela superação do racismo. Isso corrobora o que Hall (2014) afirma, pois a identificação é um processo de articulação, onde a significação está em jogo por meio do discurso e da marcação de simbologias, resultando em um sentido de “fronteiras”, construindo assim um ideal sólido de pertencimento, onde o diferente é excluído.

A fim de entender o que seria o movimento negro, este trabalho considera o coletivo, conforme os estudos de Gomes (2019), como as mais variadas formas de organização política de negros, que juntos se articulam em busca de valorização e afirmação. No entanto, para delimitação, participam dessa definição os “grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo de superar o racismo e a discriminação racial” (Gomes, 2019, p.23). Entendendo esse contexto, podemos compreender o movimento negro como um ator político que articula saberes



libertadores, firmando uma postura política de combate às discriminações enfrentadas pelos negros brasileiros.

Assim, podemos afirmar que o movimento negro pontua a diferença, pois, ao reconhecer que não são sujeitos brancos e enfrentando discriminações, utilizam essas noções a fim de criar formas de lutar contra esses problemas. Woodward (2014) afirma que a identidade se dá de forma relacional, ou seja, uma identidade se coloca ao perceber que há algo fora dela; então, o negro se afirma racialmente ao perceber que não se encaixa na categoria "branco". Consequentemente, com base nos conflitos sociais, as identidades são construídas e solidificadas, podendo-se afirmar que a identidade é tanto simbólica quanto socialmente estabelecida.

Ao discorrer sobre o movimento negro como um movimento político, percebemos que este, ressignificou e politizou afirmativamente a ideia do que é ser negro no Brasil. Portanto, Gomes (2019), ao analisar o coletivo como um ator que educa brancos e negros, afirma que a concepção de raça adotada pelo coletivo negro busca a emancipação social de negros e negras e, junto a isso, “opera na construção de identidades étnico-raciais” (Gomes, 2019, p.21). Ao analisar a obra da autora, percebemos que, ao revisar conceitos sobre a população negra, o coletivo de pessoas negras questionou a própria história brasileira, atuando além do coletivo e pensando o racismo na vida privada, dialogando com as vítimas do racismo.

Neste contexto de luta coletiva, pode-se afirmar que “para o movimento negro, a raça, e, por conseguinte, a identidade racial como um reconhecimento de si, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas” (Domingues, 2007, p.102). Nessa ideia, reformula-se o conceito de raça biológica, utilizando-se a concepção de raça socialmente construída, como já abordado, para entender as consequências de ser um sujeito negro em uma sociedade racializada.

Nessa busca por repensar o passado, Domingues (2007) considera que o movimento negro brasileiro se divide em fases, sendo a primeira o pós-abolição, quando os sujeitos negros, marginalizados já no período republicano, criam grêmios, clubes e até associações para pensar a situação negra no Brasil. Antes do movimento negro e da revisão de estigmas, os sujeitos negros tinham contato apenas com a visão dos sujeitos brancos, que, no pós-abolição, era carregada de racismo. Dessa forma,

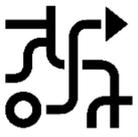


são os próprios negros que buscam meios de romper com a história hegemônica branca, na tentativa de agregar valor à população negra. Há um antes e um depois do movimento negro, pois, no pós-abolição, surge coletivamente um interesse em fortalecer a valorização e a autoestima dos negros, possibilitando, assim, o reconhecimento positivo e coletivo sobre a negritude.

Assim, utiliza-se a história e o passado da população negra como uma possibilidade de afirmação e reconhecimento de contextos anteriormente ignorados, o que nos permite afirmar que “essa redescoberta do passado é parte do processo de construção da identidade que está ocorrendo neste exato momento e que, ao que parece, é caracterizado por conflito” (Woodward, 2014, p.12). Percebe-se que memória coletiva foi tensionada, pois esses grupos deram início a jornais periódicos que buscavam conscientizar o negro sobre sua situação. Nos anos de 1930, “o movimento negro organizado era desprovido de caráter explicitamente político, com um programa definido e projeto ideológico mais amplo” (Domingues, 2007, p.105). Nessa fase, os coletivos surgidos buscaram situar o negro e suas diferenças em relação aos sujeitos brancos, denunciando a discriminação, formando um coletivo e uma imprensa negra.

Concordando com Woodward (2014), que afirma que a identidade está vinculada a condições sociais e materiais, podemos perceber que um grupo simbolicamente marcado por desigualdades, como a população negra no pós-abolição, construiu uma identidade marcada por essas distinções sociais perceptíveis. Outra fase do movimento negro, estipulada por Domingues (2007), se situa no período do Estado Novo (1937-1945), quando o coletivo perdeu poder de atuação social. Nesse contexto, em 1942, em Porto Alegre, surge “um dos principais agrupamentos: a União dos Homens de Cor, também intitulada Uagacê ou simplesmente UHC” (Domingues, 2007, p.108).

Percebe-se que a coletividade da população negra fez parte da história republicana e dialogou com negros e brancos ao longo do Brasil. Domingues (2007) acompanha a evolução das pautas, que foram desde teatros para pessoas negras até a atuação no campo da imprensa. O autor analisa que, junto do período ditatorial, os movimentos de pessoas negras sofreram um apagamento perante o contexto político nacional. Nesse período, houve um banimento do debate racial em dimensão pública.



Outros estudos afirmam que a repressão “desmobilizou as lideranças negras, lançando-as numa espécie de semi clandestinidade” (Gonzalez, 1982, p.30).

Fica claro, ao analisar a trajetória desse movimento coletivo, que o conceito de identidade esteve presente nos debates, pois esses agentes, além de reconhecerem sua cor, já haviam assimilado como o racismo estava presente no contexto nacional. Woodward (2014) analisa que os movimentos étnicos reivindicam uma cultura ou história comum a um determinado grupo, buscando uma identidade própria, como vemos nas reivindicações do movimento negro. São estratégias de coletivos como esse que utilizam a memória como algo primordial para pensar o futuro e a revisão de contextos históricos.

Domingues (2007), ele situa uma terceira fase do movimento negro, sendo essa na redemocratização no final dos anos de 1970, que em primeira estância surge sem um projeto político claro. Assim, somente com a criação do Movimento Negro Unificado em 1978 que volta ao contexto brasileiro um movimento organizado, tendo como concepção a crítica ao capitalismo, nesse contexto unificou-se as pautas raciais em um contexto nacional, sendo importante para uma adesão nacional sobre o coletivo. Em 1982 o Movimento Negro Unificado cria um programa de ação tendo como reivindicações:

desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país (Domingues, 2007, p.114).

Esse coletivo significou um marco na história do protesto das pessoas negras ao unificar as lutas dos grupos antirracistas em nível nacional, constituindo um propósito de movimento de massa que mobiliza o passado negro e a cultura de modo a dialogar com o presente, com a ideia de criar uma nova identificação para o povo negro.

Pensando na educação como uma possibilidade de ensinar a história e cultura africanas de modo a dialogar com o futuro dos negros, Gomes (2019), ao falar sobre



o movimento negro nos anos 1970, coloca que o diferencial do movimento negro, em comparação com os demais surgidos no período, foi que ele nos fez reconhecer a “necessidade de negar a história oficial e de contribuir para a construção de uma nova interpretação da trajetória dos negros no Brasil” (Gomes, 2019, p.48). Essa nova concepção de história entende a diferença como parte ativa de uma sociedade, colocando as relações de poder em pauta, fazendo-nos entender que a sociedade brasileira se organiza em uma supremacia branca. Daí surge a necessidade de uma identidade.

Portanto, nesse movimento de inclusão e exclusão, “afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora” (Silva, 2014, p. 82). Assim, o movimento negro buscou fixar e estabilizar a identidade negra como algo positivo, tentando se desvincular de um ideal passado em que ser negro era sinônimo de escravização. Nesse movimento de afirmação, “o MNU resolveu não só despojar o termo 'negro' de sua conotação pejorativa, mas adotá-lo oficialmente para designar todos os descendentes de africanos escravizados no país” (Domingues, 2007, p. 115).

Hall (2014), ao afirmar que o processo de identificação é uma articulação, destaca que está sujeita a uma historicização radical, pois está em mudança sistêmica. Assim, os termos ofensivos para as pessoas negras se tornam termos de cunho afirmativo, buscando restabelecer um sentido de orgulho que não havia anteriormente. Por isso, Maués (1991) considera importante a identificação e as mudanças que o movimento negro pode trazer ao contexto brasileiro ao africanizar-se. Assim, o discurso da negritude enquanto resgate de raízes norteou as reivindicações, possibilitando o rompimento com a adesão aos valores brancos em detrimento dos saberes culturais negros.

Domingues (2007) coloca como a quarta e última fase do movimento negro, que busca se afirmar pela identificação das populações negras, o período iniciado no pós-anos 2000. Nesse período, há um avanço cultural com movimentos como o hip-hop e outros contextos trazidos pela juventude negra, junto da substituição do termo “negro” por “preto”. Portanto, há um longo caminhar onde as pautas são ligadas e reformuladas, mas a “trajetória desse movimento vem se caracterizando pelo dinamismo, pela elaboração e reelaboração, em cada conjuntura histórica, de diversas



estratégias de luta a favor da integração do negro e erradicação do racismo na sociedade brasileira” (Domingues, 2007, p.122).

Ao revisitar o passado negro com o objetivo de agregar valor aos seus aspectos sociais, políticos e culturais, Gomes (2019) conclui que a identidade negra se constitui coletivamente. A partir dos anos 2000, observa-se um processo de superação das visões exóticas e eróticas historicamente impostas aos corpos negros, impulsionado pelas lutas dos movimentos negros das décadas de 1970 e 1980. Esses movimentos reivindicaram educação, ações afirmativas e a politização da estética negra, o que resultou na maior inserção da população negra no mercado de consumo, na mídia, nos espaços acadêmicos e na participação governamental por meio de ministérios e secretarias. As ações afirmativas possibilitaram a emergência de uma nova juventude negra, que ocupa espaços antes inacessíveis e afirma sua identidade com orgulho. Atualmente, jovens negros das periferias manifestam essa identidade por meio de sinais corporais e estéticos, como o uso do cabelo natural, a moda e a valorização de gêneros musicais como o funk e o hip-hop, reforçando uma postura de afirmação e resistência.

No entanto percebemos que a resistência dos negros nesse contexto, aliada à atuação do movimento negro, produz saberes. Segundo Gomes (2019), esses sujeitos engajados transformaram ausências em presenças por meio da luta política e da cobrança do Estado. Nessa luta, criam-se saberes que buscam a emancipação dos negros e sistematizam debates coletivos, socializando-os com brancos e negros e organizando pautas coletivas. Assim, o coletivo educa e dissemina o conceito de raça, fornecendo instrumentos para que ocorra um processo identitário negro, no qual o sujeito se reconheça como tal, junto aos valores agregados à sua cultura.

Fica claro que o movimento negro tensionou o passado por meio da história e da memória coletiva dos afro-brasileiros, visando a possibilidade de discutir a identidade negra. Nesse processo, invocam-se as origens de um passado histórico, reivindicando representação e diretrizes para o futuro. Nota-se que seu legado, desde o pós-abolição, inclui a criminalização do racismo, a criação de políticas de ações afirmativas, as políticas de cotas raciais e a Lei 10.639, que estabelece o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira em pé de igualdade com a de qualquer outro povo.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

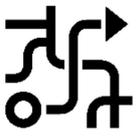
Pudemos perceber que o movimento negro utilizou a história e a cultura afro-brasileira para reformular as concepções já existentes no contexto brasileiro. Assim, conseguimos entender que o movimento negro é produtor de saberes, pois ao tensionar a memória coletiva de negros e negras, ele educa e reeduca as concepções dos sujeitos acerca de raça que são atreladas a essas pessoas.

Portanto, identidade e diferença podem ser conceitos-chave para entender o papel do movimento negro na sociedade brasileira, considerando que esses saberes emancipatórios, de alguma forma, penetraram nas camadas políticas e sociais do Brasil, resultando em leis afirmativas de reparação. Assim, quando o movimento social utiliza a raça e outros sinais para ressignificar a cor da pele em um caráter de inclusão fortalece o processo identitário e quebra os estigmas sobre a ideia de diferença, podemos afirmar que “o corpo negro ganha uma releitura política, afirmativa e identitária” (Gomes, 2019, p.99).

Essa breve revisão da trajetória de luta da população negra, em conjunto com um movimento emancipatório, nos oferece a oportunidade de pensar em um futuro e em como podemos transformar as realidades estabelecidas, mesmo que estas pareçam hegemônicas e de difícil mudança. Concordando com Woodward (2014), fica evidente que os movimentos sociais fazem com que as identidades sejam percebidas como produtos de um momento particular, com forte relação com o tempo. No entanto, elas podem ressurgir, ser repensadas e renegociadas.

É notório o caráter político das lutas em busca de identidades coletivas, com a ajuda dos movimentos sociais, que enfrentam diferenças historicamente construídas para coisificar e estigmatizar determinados grupos. Resta pensar em como as identidades poderão ser concebidas no futuro e de que forma o contexto histórico atual pode, ao longo de nossas trajetórias, nos levar a reformular nossas identidades individuais e coletivas.

## REFERÊNCIAS



ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020.

D'ADESKY, Jacques. *Racismos e anti-racismos no Brasil: pluralismo étnico e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, v. 12, p. 100-122, 2007.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Identidade Negra. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, [S. l.], v. 9, p. 38-47, 2002.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Editora Vozes Limitada, 2019.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. *Lugar de negro*, v. 3, p. 9-66, 1982.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In. SILVA, Tomaz. T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014. cap.3, p.103-133.

MAUÉS, Maria Angélica Motta. Da 'branca senhora' ao 'negro herói': a trajetória de um discurso racial. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 21, p. 119-129, 1991.

MILLS, Charles Wade. *O contrato racial*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

MUNANGA, Kabengele. A questão da diversidade e da política de reconhecimento das diferenças. *Crítica e Sociedade*, v. 4, n. 1, p. 34-45, 2014.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades*. Revista de antropologia, p. 109-117, 1990.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? *Revista da ABPN*, v. 4, n. 8, p. 06-14, 2012.

NASCIMENTO, Gabriel. Racismo linguístico é sobre palavras? Um prefácio. *Lingu@Nostr@*, v. 9, n. 1, p. 3-15, 2021.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.



---

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: *Clacso*, p. 107-126, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: A perspectivas dos estudos culturais*. Vozes, 2014.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tadeu (Org.). *Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. São Paulo: Vozes, 2014.

Recebido em 31/10/2024

Aprovado em 03/09/2025